

O penoso regresso a Vorster

Por Carlos Cardoso (AIM) especial para a «TEMPO»

O Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança entre Moçambique e a África do Sul, a ser assinado em breve, é visto em Maputo como o culminar de uma política de coexistência consagrada na Constituição da República.

Na África do Sul, as pessoas mais lúcidas analisarão o Acordo à luz de uma política tentada há nove anos pelo então Primeiro-Ministro John Vorster.

Na conferência de imprensa realizada no fim do encontro de sexta-feira passada na Cidade do Cabo entre Moçambique e a África do Sul, pus a pergunta ao Mi-

nistro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof Botha: «Agora que o Acordo está concluído isso não lhe faz lembrar John Vorster?».

Roelof Botha não respondeu imediatamente. Durante uns segundos ficou com os olhos pendurados na memória e acabou por dar uma resposta diplomática mas que ia ao encontro daquilo que, na pergunta, era apenas implícito: «Aquilo que estamos a fazer é a continuação da política de paz de sucessivos Primeiros-Ministros da África do Sul».

A verdade, porém, é outra.

No início dos anos 70, o apoio militar da África do Sul ao exército colonial português em Moçambique e Angola, e ao exército rodesiano não tinha conseguido conter os Movimentos de Libertação. A queda do império colonial português em 1974 dá a Vorster a matéria-prima para aquilo que viria a ser conhecido como a sua política de «détente».

Em aliança com Van den Bergh, chefe da BOSS, Vorster lança o seu famoso discurso de «dai-nos seis meses e não reconheceréis a África do Sul». É também nessa altura que o então Primeiro-Mi-

nistro do Apartheid afirma que ou a África do Sul inicia um processo de mudanças nas suas leis raciais ou a alternativa seria «demasiado horrível de contemplar».

Mas a aliança Vorster-Van den Bergh é de curta duração. No período 74/75, o antigo chefe do Apartheid de Segurança consegue sabotar uma tentativa de invasão a Moçambique pois via nisso o alastrar da guerrilha para dentro da própria África do Sul, possivelmente com algumas unidades do exército português a quererem lutar ao lado da FRELIMO. Essa foi a sua última contribuição à política de «détente» de John Vorster. Nos três anos que se seguiriam, a África do Sul viveria nos corredores do Poder um golpe contra a dupla Vorster-Van den Bergh lançada pela dupla Pieter Botha-Magnus Malan. A invasão de Angola em 1975, comandada por Botha e Malan, era o primeiro sinal de que algo de muito sério corria contra a «détente» de Vorster.

Por outras palavras, os aparelhos Partidário e de Segurança, comandados por Vorster e Van den Bergh, perderiam a corrida em favor dos militares. Vorster apresentava ao eleitorado branco uma estratégia — e acreditava nela — para ganhar tempo para a consolidação dos bantustões, mas os militares, não directamente representados no Poder, praticavam outra estratégia.

Durante oito anos de desestabilização armada regional, a opção militar de Botha e Malan teve como resultado global, não o fortalecimento do regime, mas o seu enfraquecimento. Do ponto de vista dos interesses do capitalismo sul-africano, e do aparelho de discriminação racial, essa estratégia foi um erro gravíssimo. Os economistas que o digam.

Uma coisa é o que o regime diz ao seu público, nomeadamente que o que o regime sempre quis foi estabelecer pactos de não-agressão com os países da região. Uma outra coisa, completamente diferente, é o que esse regime tentou conseguir com a sua estratégia de desestabilização. Nenhum regime do mundo gasta um bilião de dólares por ano para conseguir pactos de não-agressão. Gasta-se esse

dinheiro para mudar governos ou levá-los a mudar de rumo. E foi isto que o regime sul-africano quis na África Austral.

No dia 14 de Fevereiro de 1981, duas semanas depois do ataque à Matola, o Presidente Samora Machel disse em praça pública que Moçambique preferia a guerra quente à guerra fria. Mas a esse ponto a África do Sul não queria chegar. O objectivo da sua estratégia na frente leste, através dos Bandos Armados, era manter Moçambique permanentemente instável social e economicamente. O objectivo não era pôr um fantoche em Maputo porque isso custaria defender o fantoche com pelo menos uns 50 mil homens. A FRELIMO na guerrilha, sem os problemas da governação seria um perigo enorme para a África do Sul, lá dentro do seu próprio território. O corolário político do objectivo limitado era forçar a Frelimo a mudar de rumo; ou seja, a negociar com os bandidos, ou abandonar o seu programa socialista.

Na frente ocidental, em Angola, o objectivo da desestabilização, do apoio à UNITA e da ocupação territorial de parte do Cunene, era forçar o MPLA a negociar com a UNITA. Também aqui não se tratava de «tomar» Luanda pois isso significaria o MPLA na guerrilha, agora muito mais organizado e capaz de tornar Angola completamente ingovernável assim como capaz de entrar na Namíbia e atacar o exército sul-africano na sua retaguarda.

Ao falharço destes dois objectivos vieram juntar-se outros factores que ajudam a explicar o actual recuo da opção militar.

Um factor importante foi o custo crescente da guerra em várias frentes, e os gastos astronómicos de manter a administração colonial na Namíbia. Isto veio agravar sobremaneira a crise económica interna sul-africana determinada fundamentalmente pela perda de inúmeros mercados na Europa e noutros locais, em favor de produtores como Taiwan, Hong Kong e Sul da Coreia.

O factor económico é também importante no que diz respeito aos Estados Unidos da América. Em Washington via-se, com crescente preocupação, que a França

e outros países ocidentais como a Itália e o Canadá, entravam no mercado angolano quando esse mercado, e toda a África Austral, eram como que os «mercados naturais» da África do Sul, Grã-Bretanha e EUA. Muitas multinacionais norte-americanas não directamente representadas na Casa Branca começaram a pressionar Reagan para aplicar uma «política de paz e estabilidade» na África Austral. Por outro lado, a situação no Médio Oriente não seguiu o caminho desejado pela aliança EUA — Israel aquando da invasão de 1982. Quanto mais guerra mais o mercado se contraía, menor a capacidade de compra local, menor a quantidade de produtos ocidentais (e americanos, em particular) passíveis de venda. A guerra não tinha levado àquilo que se esperava, nomeadamente, que fosse o Povo libanês a pagar o preço da guerra uma vez «pacificado» todo o seu território.

Em Cape Town, Pieter Botha foi estudando esta lição; e a isso se acrescentou o conselho de economistas como o Ministro das Finanças Senador Owen Orwood que chamava a atenção para o facto de que os (poucos) capitais ocidentais que entravam na África Austral não vinham através de sucursais sul-africanas.

Já no domínio directamente militar, algo ainda mais perigoso acontecia, especialmente em Angola.

Por um lado, cada «vitória» sul-africana contra a SWAPO em Angola adicionava mais ridículo às incontáveis vezes que o exército sul-africano tinha «praticamente acabado» essa Organização.

Por outro lado, as FAPLA foram sendo reforçadas. Em vez de provocar o descalabro do exército angolano, a ocupação do Cunene acabou por ser o oxigénio que levou as FAPLA a um processo de reorganização e crescimento que viria a tornar-se assustador para Pretória.

Isto deu-se ao longo de todo o ano de 1983 e os seus sinais mais evidentes apareceram a partir de Setembro desse ano. O Comité Central do MPLA tomara a decisão de lutar contra a UNITA até à sua total destruição — decisão

verdadeiramente histórica para um processo anterior de poderes partilhados — ao mesmo tempo que as FAPLA recebiam da União Soviética armamento suficiente para confrontar directamente o exército sul-africano no Cunene. Depois disso o único passo que restava dar foi dado: Luanda comunicou a Pretória que, ou as suas tropas retiravam de Angola, ou a África do Sul que se preparasse para perder uns milhares de soldados (brancos).

A isto juntou-se uma ameaça directa vinda da URSS. Moscovo comunicou a Pretória que não abandonaria o MPLA. Quando a embaixada sul-africana em Washington expôs o caso a Reagan este limitou-se a dizer que iria estudar o caso. A pressão sobre Pretória para retirar não poderia ser pior. Com as eleições à porta, e 40 milhões de negros norte-americanos cujos sentimentos contam em termos de votos, Reagan não podia voltar a apoiar a África do Sul com a mesma atitude a crítica com que o fez em 1981 pouco depois de subir ao poder. E por mais uma razão: a retirada do Médio-Oriente era uma questão de meses; esse desaire extremo de política externa concebida quase exclusivamente em função do conflito este-oeste, não poderia ser repetido na África Austral.

Hoje, os soldados sul-africanos saem de Angola. Na Namíbia, livre e pró-SWAPO, fala pela independência e contra o apartheid um dos fundadores da SWAPO, Herman Toivo Ja Toivo. Na imprensa sul-africana nota-se já a não muito subtil mudança do termo «terroristas» da SWAPO para o termo «guerrilheiros». Os jornalistas mais próximos de Pieter Botha têm a indicação explícita de bater a tecla dos custos militares e administrativos na Namíbia para prepararem a opinião pública branca para a eventual independência do território, opinião pública essa que com essa explicação de natureza económica pode afastar as posições mais ideológicas da ultra-direita afrikaner. E na frente leste vai Pretória assinar um acordo que significa o fim do apoio aos bandos armados.

Com tudo isto, Pretória pode estar a tentar ganhar credibilidade internacional, um certo encolher de ombros da comunidade internacional face à violência do apartheid — um caso a duvidar desde já — a fim de ganhar tempo — uns dez anos — para consolidar os bantustões e assim manter o domínio da minoria branca numa África do Sul eventualmente federativa, bantustanizada.

Com tudo isto pode Pretória estar a tentar passar de uma posição de recuo militar para uma posição de ofensiva económica tendente a levar a economia do país à retomada da hegemonia regional — também difícil de pre-estabelecer assim com tanta facilidade já que os países independentes da zona não vão deixar de negociar directamente com o resto do mundo só porque a África do Sul, decidiu enveredar por uma política de tréguas.

Com tudo isto pode Pretória continuar a apresentar à sua opinião pública o velho cliché de que o ANC «é algo lá fora» e que o ANC, não tendo bases nos países vizinhos não tem qualquer possibilidade de uma estratégia de pressão armada a partir do interior. Conto-me entre os que crêem que os dirigentes actuais de Pretória não acreditam na sua própria publicidade. Eles sabem perfeitamente qual é a extensão da base social de apoio ao ANC dentro do país e quais as capacidades de o ANC, a partir do interior, continuar a sua luta que inclui acções armadas.

Mas se estes podem ser os objectivos da actual liderança sul-africana porquê oito anos de tempo perdido? Porquê oito anos depois voltar a uma política que Vorster iniciara oito anos antes e não fora capaz de prosseguir porque o derrubaram?

Posto em termos um pouco esquemáticos, John Vorster foi um «verkrampte» (conservador, duro) na política interna, e um «verligte» (liberal, reformador) na política externa. Botha foi um «verkrampte» na política externa e está a ser um «verligte» na política interna através do seu programa de reformas contra a ultra-direita (embora acompanhadas por uma

violência crescente de remoção de populações inteiras para os bantustões).

Oito anos depois, Botha e Malan são levados pela História a assumirem também uma atitude «verligte» na política externa, no momento em que se não o fizessem teriam que começar a preparar o elogio fúnebre de 4 a 5 mil soldados brancos no sul de Angola, e o elogio fúnebre do seu próprio período de governação.

A pergunta persiste: porque é que Botha e Malan não viram o que Vorster deu indicações de ter percebido há oito anos?

Um as respostas apontam para o facto de Botha e Malan não terem, e com eles os outros militares, o poder partilhado, quer no Partido Nacional, quer nas decisões governamentais muito centralizadas por Vorster e Van den Bergh.

Não sei quais as respostas mais adequadas para esta pergunta. Mas não é preciso muita ginástica para se sentir segurança ao afirmar-se que na origem de toda esta complexa situação está o complexo de superioridade racial.

O preconceito da supremacia — por dádiva «divina» — leva sempre à análise superficial, que por sua vez, leva a cometerem-se erros gravíssimos. E o erro mais grave é a subestimação do inimigo.

Botha e Malan acreditaram que, por serem brancos, e por terem ao seu dispor uma máquina militar de proporções consideráveis, podiam fazer a História voltar para trás. A partir disso tudo — mais foi um erro gigantesco — a partir disso e a partir da consciência do erro, Botha e Malan desenterraram aquilo que era experiência acumulada — ainda que pouca — do regime a que pertenciam; desenterraram Johaan Balthazar Vorster que, talvez devido aos seus contactos com presidentes africanos, ganhou algum do sentido do absurdo que era e é o preconceito de superioridade racial.

Não é pois difícil perceber o que se estará a passar nas mentes de pessoas como Botha e Malan: uma dolorosa autocritica perante o cadáver já frio, mas a memória ainda quente, de Vorster.

□